**PROJETO DE LEI Nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_/2025**

*Institui o Endereçamento Rural Digital (ERD) como um endereçamento oficial, com o objetivo de facilitar e ampliar o acesso a serviços públicos essenciais de pessoas que residem em áreas rurais dos municípios maranhense e promover políticas públicas intersetoriais voltadas a melhorias da qualidade de vida no campo,*

*e dá outras providências.*

A **MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de atribuição prevista na Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

SEÇÃO I

Das Disposições Gerais

Artigo 1º - O Poder Executivo fica autorizado a utilizar o Endereçamento Rural Digital (ERD) como um endereçamento oficial de todo e qualquer imóvel em áreas rurais em todos os municípios maranhense, com intuito de oferecer, facilitar e ampliar o acesso a serviços públicos essenciais de pessoas que residem, trabalham e transitam na zona rural e promover políticas públicas intersetoriais voltadas à melhoria da qualidade de vida do campo.

*Parágrafo único - Entende-se como Endereçamento Rural Digital (ERD) a tecnologia desenvolvida pelo Programa Rotas Rurais, da Secretaria de Agricultura, ferramenta capaz de localizar, com precisão, a entrada de cada propriedade ou estabelecimento rural, sendo que, a partir do ERD, pode-se traçar qualquer rota com uso de sistemas abertos de roteamento ou navegação, ligando a propriedade rural a qualquer via ou local.*

SEÇÃO II

Dos Objetivos

Artigo 2º - A Secretaria de Agricultura, por meio do Instituto de Desenvolvimento, Amparo, Qualificação, Capacitação e Inclusão Social do Trabalhador e Trabalhadora do Maranhão – Instituto do Trabalhador, fica incumbida pela disponibilização dos Endereços Rurais Digitais das propriedades rurais do Estado do Maranhão mediante parcerias que têm como objetivos:

*I - facilitar e ampliar o acesso a serviços públicos essenciais de pessoas que residem e trabalham em áreas rurais dos municípios maranhense;*

*II - apoiar a implantação do Endereço Rural Digital nos municípios maranhense para identificação de vias de acesso aos estabelecimentos rurais de seu território;*

*III - realizar parcerias com os municípios para que encaminhem informações oficiais relativas às vias, logradouros e correspondentes localizações dos estabelecimentos rurais situados em seus respectivos limites territoriais, bem como para que encaminhem dados de atividade agropecuária, turismo rural e novos empreendimentos na zona rural, a fim de subsidiar um repositório de informações do agronegócio maranhense;*

*IV - realizar treinamentos e capacitar de servidores indicados pelos municípios;*

*V - promover políticas públicas intersetoriais com as demais secretarias;*

*VI - utilizar o Endereçamento Rural Digital como uma forma oficial de identificação de estabelecimentos rurais.*

Parágrafo único - Decreto regulamentar poderá incluir outros objetivos não previstos neste artigo, visando à melhoria da qualidade de vida no campo desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento, Amparo, Qualificação, Capacitação e Inclusão Social do Trabalhador e Trabalhadora do Maranhão – Instituto do Trabalhador.

SEÇÃO III

Das Parcerias

Artigo 3º - A Secretaria de Agricultura fica autorizada a representar o Estado do Maranhão na celebração de convênios e parcerias que tenham por objeto a implementação das atividades de que tratam esta Lei.

§ 1º - Para a consecução dos objetivos desta Lei, a Secretaria de Agricultura promoverá a assistência técnica, voltada para a execução, em regime de colaboração, de programas e de ações que visem à melhoria da qualidade de vida no campo.

§ 2º - Fica a Secretaria de Agricultura autorizada a, mediante resolução, editar normas complementares necessárias à execução das atividades previstas nesta Lei, notadamente para disciplinar a participação dos municípios e para detalhar os requisitos a que se refere este artigo.

§ 3º - A Secretaria de Agricultura fica autorizada a celebrar parcerias com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, para a troca de experiências de políticas públicas e tecnologia, com o objetivo de expandir e trazer melhorias aos programas vinculados à tecnologia do Endereçamento Rural Digital.

SEÇÃO IV

Das Ações

Artigo 4º - A implementação do Endereçamento Rural Digital, dentre outras ações, dar-se-á através da adoção das seguintes medidas:

I - indicação, por parte do Prefeito do Município, de um interlocutor municipal que será o Gestor das informações de endereçamento fornecidas;

II - oferta de assessoria técnica destinada à capacitação de gestores municipais para a utilização das ferramentas disponibilizadas pela Secretaria de Agricultura;

III - fornecimento de suporte técnico e informações, conforme limites estabelecidos na Lei Geral de Proteção de dados (LGPD), aos municípios por meio de órgãos estaduais;

IV - indicação, aos municípios maranhense, de medidas técnicas e administrativas para a utilização do Endereçamento Rural Digital nos processos da administração pública, em especial na vinculação ao pagamento de tributos;

V - realização de eventos, em parceria com os municípios, para divulgação dos impactos e ganhos advindos da implantação do Endereçamento Rural Digital;

VI - promoção do debate entre os vários interlocutores envolvidos na implantação do Endereçamento Rural Digital, incluindo os entes públicos federais, estaduais e municipais, os empreendedores da indústria agropecuária e as entidades representativas dos setores;

VII - vinculação digital do Endereçamento Rural Digital ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e demais processos administrativos estaduais, inclusive para a utilização, quando possível, do ERD como endereço fiscal.

SEÇÃO V

Das Disposições Finais

Artigo 5º - Eventuais despesas necessárias à execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO DEPUTADO ¨NAGIB HAICKEL¨ DO PALÁCIO ¨MANUEL BECKMAN, DE AGOSTO ANO DE 2025.

****



 

 Acesse nossas redes sociais

4 ´1 18 14 5 25 13 ´1 11 19 15 14

**JUSTIFICATIVA**

Senhores (as) Deputados (as),

A iniciativa utiliza o Endereçamento Rural Digital (ERD), para localizar com precisão a entrada de cada propriedade ou estabelecimento rural, sendo possível mostrar o traçado das vias rurais que chegam a cada localização. Google Earth e outros sistemas de informação geográfica, além de aplicativos como Waze e Google Maps. O ERD é um sistema que oficialmente identificará estabelecimentos e propriedades nessas regiões, tornando as informações disponíveis, por exemplo, em serviços de geolocalização. No tocante à competência desta Casa Lei, é assegurado a criação de programas, conforme artigos da nossa constituição estadual.

Cabe à Assembléia Legislativa, com sanção do Governador, legislar sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente sobre planos e programas estaduais e regionais de desenvolvimento; A Assembléia Legislativa tem comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação. comissões, em razão da matéria de sua competência, apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais ou setoriais de desenvolvimento e emitir pareceres.

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, o sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução de programas de governo e orçamento do Estado.

O Estado adotará programas de desenvolvimento rural destinados a fomentar a produção agropecuária, a organizar o abastecimento alimentar e a fixar o homem no campo, compatibilizados com a política agrícola e com o plano de reforma agrária estabelecidos pela União e com o plano estadual de controle ambiental." Ademais, no que diz respeito ao tema do projeto de lei, assim dispõe a nossa Carta Magna.

À vista disso, verifica-se que a proposta está em consonância com as competências estaduais prevista na Constituição Federal. No âmbito da Constituição Estadual, conferem à Assembleia Legislativa a responsabilidade de legislar sobre planos e programas estaduais, inclusive, em áreas relacionadas ao desenvolvimento rural. Além disso, as ações do Poder Legislativo visam assegurar políticas públicas que promovam o bem-estar da população, respeitando os princípios de eficiência, da transparência e do desenvolvimento social. Diante disso, o Legislativo tem plena competência para estabelecer programas como o da presente proposição, que visa garantir avanços para a zona rural e promover a integração dos diversos setores da sociedade. Importante ressaltar que este projeto de lei não invade a competência do Poder Executivo, mas se apresenta como uma proposta complementar às políticas públicas estaduais já existentes. A execução do programa ficará a cargo do Governo do Estado, por meio dos órgãos competentes e o Instituto de Desenvolvimento, Amparo, Qualificação, Capacitação e Inclusão Social do Trabalhador e Trabalhadora do Maranhão – Instituto do Trabalhador, e poderá contar com a utilização de recursos já disponíveis, sem a necessidade de criação de novas estruturas ou de aumento de custos com pessoal e infraestrutura. A implantação do ERD será viabilizada pelo uso de tecnologias já existentes no Estado, e o financiamento para sua execução poderá ser feito, entre outras fontes, com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento da Agricultura. Este fundo, criado para promover a melhoria da infraestrutura e o desenvolvimento econômico do Estado, é uma fonte legítima de recursos que pode ser utilizada para a implementação do programa de endereçamento rural digital, dado seu objetivo de promover o desenvolvimento rural e a melhoria das condições de transporte e infraestrutura no Estado.

Para financiar as ações do ERD, o Estado poderá garantir que a implementação do programa se dê de maneira eficiente, sem sobrecarregar o orçamento do Governo, ao mesmo tempo em que promove um avanço significativo na qualidade dos serviços prestados à população rural. Esse financiamento permitirá a realização de parcerias com os municípios, a capacitação de servidores públicos e o desenvolvimento de infraestrutura necessária para a implantação do sistema de endereçamento digital, bem como a disponibilização de suporte técnico aos municípios. Este projeto também está alinhado com as necessidades contemporâneas de inclusão digital e de acesso a serviços públicos de forma eficiente.

O Endereçamento Rural Digital permitirá, entre outras melhorias, o aumento da segurança, a redução de custos operacionais no transporte de produtos agropecuários, a melhoria no acesso a serviços essenciais, como segurança, saúde e educação, e o fomento ao turismo nas áreas rurais. Além disso, a implementação de rotas eficientes contribuirá para a competitividade dos produtores no mercado, ao facilitar o transporte e distribuição dos produtos agropecuários.

Portanto, a aprovação deste projeto de lei é uma medida essencial para garantir que as comunidades rurais do Estado do Maranhão, tenham acesso a tecnologias que facilitem sua integração ao restante do Estado e do país. O ERD trará benefícios não apenas para os moradores da zona rural, mas também para os produtores rurais, empreendedores e para o desenvolvimento sustentável da região. Registre-se que a implementação do ERD proporcionará uma melhoria significativa na qualidade de vida, segurança, crescimento da produção agropecuária e, até mesmo, fomentará o turismo nas áreas rurais. A implementação de rotas rurais eficientes é fundamental para otimizar o transporte de produtos agrícolas, reduzir custos operacionais e aumentar a competitividade no mercado. Posto isso, conclama-se os nobres pares, Excelentíssimos Deputados Estaduais desta Legislatura desse Poder Legislativo, para a aprovação do presente projeto de lei.

****

